

## *The challenges in advancement in the education of students deprived of freedom in Ceará*

### **Resumo:**

O presente artigo é resultado a partir de um estudo de caso intitulado "Escola em Prisões no Ceará: os desafios na implementação de avaliações internas para avanço de escolaridade", realizado entre 2019 a 2021, no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional, da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGP/UFJF). O problema em questão refere-se ao fato de que com a falta de implementação de um processo avaliativo no contexto da única escola de educação em prisões no estado do Ceará, Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM) Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, pode trazer diversos entraves para a aprendizagem dos alunos. Assim, o objetivo deste estudo é analisar os possíveis desafios encontrados no que concerne ao avanço de escolaridade dos alunos do Ensino Fundamental feito exclusivamente por meio do ENCCEJA PPL, e não pela escola, por intermédio da aplicação de avaliações internas, em conformidade com o PPP da escola, tendo como eixo teórico-analítico o ato de avaliar, o currículo na escola de educação em prisões e as práticas pedagógicas. A metodologia baseia-se na pesquisa exploratória através da abordagem qualitativa e os resultados são analisados com base nos dados obtidos por meio de entrevistas com 2 coordenadores pedagógicos e 5 professores dos anos iniciais da escola Aloísio Leo Arlindo Lorscheider. Os resultados da pesquisa expressam a necessidade da implementação de um sistema avaliativo interno institucionalizado, de um currículo específico voltado para o público privado de liberdade e de formações continuadas para os professores que atuam com a educação em prisões.

**Palavras-chave:** Avaliação. Educação em prisões. Currículo. Práticas pedagógicas.

### **Abstract:**

*This article is the result of a case study entitled "School in Prisons in Ceará: the challenges in implementing internal assessments to advance education", carried out between 2019 and 2021, within the scope of the Professional Postgraduate Program, of Federal University of Juiz de Fora (PPGP/UFJF). The problem in question refers to the fact that the lack of implementation of an evaluation process in the context of the only prison education school in the state of Ceará, Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM) Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, can bring several obstacles to student learning. Therefore, the objective of this study is to analyze the possible challenges encountered regarding the educational advancement of Elementary School students carried out exclusively through ENCCEJA PPL, and not by the school, through the application of internal assessments, in accordance with the school's PPP, having as its theoretical-analytical axis the act of evaluating, the curriculum at the prison education school and pedagogical practices. The methodology is based on exploratory research using a qualitative approach and the results are analyzed based on data obtained through interviews with 2 pedagogical coordinators and 5 teachers from the initial years of the Aloísio Leo Arlindo Lorscheider school. The research results express the need to implement an institutionalized internal evaluation system, a specific curriculum aimed at the public deprived of liberty and continued training for teachers who work with education in prisons.*

**Keywords:** Evaluation. Prison Education. Curriculum. Pedagogical practices.

1. Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor efetivo da rede pública estadual do Ceará (SEDUC/CE).

2. Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Professora do quadro colaborador do Mestrado Profissional do CAEd/UFJF.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda como a falta de implementação de um processo avaliativo no contexto da única escola de educação em prisões no estado do Ceará, Escola de Ensino Fundamental e Médio Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, pode trazer diversos entraves para a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, nesse artigo, o intuito é fazer com que sejam analisados os possíveis desafios encontrados no que tange ao avanço de escolaridade dos alunos do Ensino Fundamental feito exclusivamente por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL), e não pela escola, por intermédio da aplicação de avaliações internas, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Diante das situações apresentadas, definimos como objetivo geral, a compreensão dos efeitos, na escola EEFM Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, de a progressão ocorrer exclusivamente via ENCCEJA PPL, levantando o seguinte questionamento: quais as consequências da progressão na escola EEFM Aloísio Leo Arlindo Lorscheider ser realizada exclusivamente pelo ENCCEJA PPL?

A motivação para esse estudo consistiu no fato de o autor da pesquisa estar na função de coordenador escolar, surgindo, assim, o interesse em verificar como se dá o processo de avanço de escolaridade dos alunos dentro da perspectiva das avaliações internas. O problema identificado que impulsionou a investigação deste estudo refere-se à necessidade de fornecer mais de um instrumento avaliativo para que os alunos possam progredir de nível, uma vez que se tem verificado que apenas o ENCCEJA PPL vem desempenhando esse papel e isso tem ocasionado efeitos negativos. Utilizá-lo como mecanismo de avaliação traz algumas consequências, principalmente, para os alunos, como por exemplo, a periodicidade desse teste que é realizado apenas anualmente.

De acordo com o PPP, a escola tem a missão de oferecer educação básica de qualidade aos jovens e adultos privados de liberdade das unidades prisionais da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Nesse ínterim, faz-se importante verificar os motivos acerca do avanço da escolarização que não seja por meio das avaliações

externas, mas sim das avaliações internas a serem desenvolvidas pela escola.

A proposta metodológica utilizada consiste em trazer uma abordagem qualitativa, uma vez que a coleta de dados se deu por meio de entrevistas com uma parte dos sujeitos da pesquisa, no caso, os professores e os coordenadores pedagógicos, analisando essas informações para compreender os motivos que se relacionam com o objetivo deste estudo.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presença das escolas nos estabelecimentos penais, além de ser importante para o processo da ressocialização, configura-se como um espaço de distração para os apenados que vivem nas celas superlotadas. Como atesta Onofre (2011, p. 116): "a escola (...) além de ser uma ocupação, proporciona-lhes a possibilidade de se relacionarem com o mundo externo." Com isso, a autora ainda afirma que o relacionamento entre professores e alunos permite com que os privados de liberdade possam ter contato com práticas e opiniões fora daquele ambiente que já está cheio de comportamentos relacionados ao mundo do crime. Podemos compreender por meio dessa fala que o tempo ocioso e a convivência com outros detentos, acaba por propiciar a troca de experiências criminosas. Dessa forma, para a autora, há entre os privados de liberdade, um sentimento de tempo perdido, fazendo com que eles se sintam motivados para irem para a escola, fazendo com que ocupem o tempo com coisas úteis. (ONOFRE, 2011).

Dessa forma, a educação em estabelecimentos penais no Brasil pode ser fundamentada, inicialmente, através da Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 205, menciona que os privados de liberdade possuem direito à educação. Outro mecanismo de garantia da educação em prisões encontra-se na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal - LEP) que tem por objetivo proporcionar condições que sejam coerentes para a integração à sociedade do condenado. Uma dessas condições refere-se à educação que está descrita no artigo 10 do capítulo II da referida lei. No entanto, Wernk e Almeida (2013, p. 173) acreditam que a prisão não é o local ideal para a ressocialização, visto que "a prisão, que pode representar o ápice e a consolidação da carreira

criminosa, atua com rigor durante a execução da pena privativa de liberdade." Dessa forma, compreende-se que esse espaço serve apenas para aplicar as punições pelos atos cometidos dessas pessoas, sem nenhuma proposta de colocar o apenado de volta à sociedade dentro da perspectiva da ressocialização.

Para falar da educação nos estabelecimentos penais no Ceará, faz-se necessário tomar como referência o Plano Estadual de Educação nas Prisões. O plano utilizado na pesquisa foi produzido em 2012 e estava em fase de atualização, tendo sua finalização em dezembro de 2020, período em que a pesquisa já havia se encerrado. De acordo com o plano de 2012, há registro dessa educação desde o ano de 1970, ofertada, na época, por um presídio hoje desativado.

O Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado do Ceará, em 2012, apresentou uma proposta de criação de uma unidade escolar, na rede pública estadual, respondendo pedagogicamente e administrativamente pela oferta de educação básica, nas unidades prisionais da RMF-CE, para dar mais suporte para as pessoas privadas de liberdade, preparando-os para o retorno à sociedade. Assim, em 2013, foi criada a primeira escola de educação em prisões do estado do Ceará, intitulada Escola de Ensino Fundamental e Médio Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, tendo sido criada pelo Decreto nº 31.184, de 12 de abril de 2013. É a única escola do estado do Ceará que atende, exclusivamente, a educação em prisões da RMF-CE e sua sede administrativa funciona no município de Itaitinga-CE. Hoje, as aulas acontecem em treze unidades penais da RMF-CE, dado que, nos anos anteriores, essa quantidade sofreu modificações devido ao fechamento e à abertura de estabelecimentos penais. As unidades prisionais estão inseridas em 4 municípios: Aquiraz, Caucaia, Itaitinga e Pacatuba.

No que se refere ao funcionamento e à estrutura, a escola tem uma oferta de escolarização nos diferentes níveis de ensino da Educação Básica, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade de ensino foi adotada, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, versa em seu artigo 37 que "a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria..." Os níveis ofertados são: Ensino Fundamental - anos

iniciais (1º ano) e (2º ao 5º ano), anos finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio.

A oferta da modalidade EJA é regulada por meio de uma portaria de lotação de professores que é renovada a cada ano. Assim, de acordo com a Portaria nº 1.589, de 19 de dezembro de 2019, a matriz curricular da EJA é organizada por área do conhecimento e não por disciplina. Na realidade, ao trazermos as propostas de aprovação de todos os níveis, temos que a aprovação para os alunos dos anos iniciais (2º ao 5º ano), dos anos finais (6º ao 9º ano) e do ensino médio só é validada por meio do ENCCEJA PPL, uma vez verificado que o aluno conseguiu alcançar a pontuação mínima necessária.

A escola EEFM Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, de acordo com o seu PPP, possui um processo avaliativo que engloba tanto as avaliações internas quanto as avaliações externas. Elas devem ser trabalhadas no contexto das salas de aula, localizadas nas unidades prisionais que são atendidas pela escola. No entanto, no decorrer dos anos, esse processo não foi totalmente cumprido, fazendo com que as avaliações internas não fossem utilizadas para fins de progressão de nível dos alunos, ficando a cargo apenas das avaliações externas desempenhar esse papel, como já citado.

As avaliações externas voltadas para os privados de liberdade passaram a ser realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), levando em consideração o alto índice dessas pessoas que não haviam concluído a Educação Básica. Ao longo dos anos, algumas mudanças aconteceram na funcionalidade das avaliações externas voltadas para as pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, como exemplo de avaliação externa que é realizada para o público PPL para fins de certificação, há o ENCCEJA que é responsável pela certificação tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio.

Destaca-se que entre os anos de 2017 e 2019, período pesquisado, o número de internos que conseguiram obter a aprovação/certificação para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, via ENCCEJA PPL, ainda é relativamente baixo em detrimento da quantidade de participantes, principalmente em unidades prisionais em que há um grande número de participantes. Isso pode ser visualizado na Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1** – Quantidade geral de participantes e de aprovações/certificações no ENCCEJA PPL entre os anos de 2017 e 2019 nas unidades prisionais da RMF – CE.

Anos	2017		2018		2019		
	Unidades Prisionais	Participantes	Aprovações	Participantes	Aprovações	Participantes	Participantes
Cadeia Pública de Maracanaú		13	3	28	3	-	-
CDP		-	-	16	2	37	7
CEPIS		175	23	264	80	508	109
CPPL I		68	6	35	7	234	76
CPPL II		-	-	31	3	100	32
CPPL III		44	2	51	11	345	66
CPPL IV		166	15	96	16	478	70
CPPL de Caucaia		33	6	23	3	302	91
CTOC		6	4	10	5	32	12
IPF		109	9	73	8	216	49
IPGSG		10	0	5	0	-	-
IPPOO II		22	1	24	4	346	76
Irmã Imelda		14	3	19	6	48	14
PFHVA		101	6	54	18	152	41
UPPJA		-	-	140	13	389	89
<b>Total</b>		<b>761</b>	<b>78</b>	<b>869</b>	<b>179</b>	<b>3187</b>	<b>732</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em arquivos da escola (2020).

A Tabela 1 apresenta a quantidade de participantes e a quantidade de aprovações/certificações obtidas pelos internos no ENCCEJA PPL nas unidades prisionais da RMF – CE. Ao todo, na tabela, há quinze unidades prisionais, porém apenas quatorze funcionam com a oferta de escolarização. A partir do ano de 2019, devido ao fechamento das cadeias públicas do Estado do Ceará e a não oferta de escolarização do IPGSG, a EEFM Aloísio Leo Arlindo Lorscheider passou a ficar

responsável pela escolarização de doze unidades prisionais.

Situação que acontece acerca dessa aprovação/certificação relaciona-se aos internos que são alunos e os que não são alunos. Verifica-se, pelos resultados, que a maior parcela de aprovados/certificados são dos não alunos, conforme pode ser visualizado na Tabela 2 abaixo:

**Tabela 2** – Quantidade geral de aprovações/certificações de alunos e não alunos no ENCCEJA PPL entre os anos de 2017 e 2019 nas unidades prisionais da RMF – CE.

Anos	2017		2018		2019		
	Unidades Prisionais	Participantes	Aprovações	Participantes	Aprovações	Participantes	Participantes
Cadeia Pública de Maracanaú		3	0	3	0	-	-
CDP		-	-	0	2	0	7
CEPIS		6	17	21	59	21	88
CPPL I		0	6	0	7	1	75
CPPL II		-	-	0	3	4	28
CPPL III		0	2	0	11	9	57
CPPL IV		7	8	10	6	16	54

Anos	2017		2018		2019	
	Participantes	Aprovações	Participantes	Aprovações	Participantes	Participantes
CPPL de Caucaia	0	6	2	1	17	74
CTOC	0	4	0	5	0	12
IPF	3	6	3	5	20	29
IPGSG	0	0	0	0	-	-
IPPOO II	0	1	0	4	25	51
Irmã Imelda	2	1	2	4	8	6
PFHVA	0	6	8	10	26	15
UPPJSA	-	-	4	9	33	56
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>57</b>	<b>53</b>	<b>126</b>	<b>180</b>	<b>552</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em arquivos da escola (2020).

Conforme a Tabela 2, verifica-se que em todos os anos analisados a quantidade de não alunos que conseguiram a aprovação/certificação foi maior em relação aos alunos. No ano de 2019, por exemplo, essa diferença foi bem maior quando relacionada com os anos de 2017 e de 2018. Essa situação reitera a questão de que os resultados da aplicação da avaliação externa não estão sendo vistos de forma positiva, ou seja, os alunos não estão conseguindo alcançar as habilidades necessárias para uma aprendizagem eficaz. Dessa forma, com a implementação das avaliações internas com a finalidade de aprovação, poderá haver uma possibilidade de os alunos terem mais chances de serem promovidos.

Percebe-se, assim, que a inserção das avaliações no contexto prisional na perspectiva formativa apresenta alguns obstáculos, como a questão do currículo, sendo um grande entrave, uma vez que, de acordo com o PPP da escola, ele deve estar articulado à realidade na qual os alunos se encontram, considerando toda uma dimensão social e histórica. No entanto, o que vemos, na realidade, é que são trabalhados os currículos baseados apenas nas matrizes das avaliações externas, como o ENCCEJA PPL, sem nenhuma vinculação com a proposta curricular da escola.

Dessa forma, com a implementação das avaliações internas, no tocante aos alunos, darão uma expectativa de que eles poderão avançar de nível e, assim, terminarem os estudos dentro de um determinado prazo, sem ser mediante ao ENCCEJA PPL. Há casos de alunos que passam muito tempo dentro de um mesmo

nível, pois não conseguem ser aprovados nesses testes externos.

De acordo com os professores, nas reuniões de planejamento, os alunos conseguem adquirir os conhecimentos necessários para que sejam promovidos. Porém, dado que não conseguem obter aprovação no referido exame, a escola não possui elementos para que eles sejam promovidos, visto que as avaliações internas não são aplicadas. Esse resultado não satisfatório no ENCCEJA PPL, como apresentado anteriormente, pode ser compreendido uma vez que os alunos avaliados não conseguem obter o desempenho que se espera nesses testes externos, visto que esse tipo de avaliação se refere a uma perspectiva mais macro, de modo a estreitar o currículo, não levando em consideração a realidade na qual a instituição de ensino está inserida.

Assim, faz-se necessário que a escola use, segundo Castro (2009, p. 276), "os resultados das avaliações para melhorar a escola, a sala de aula, a formação de professores." Devido a esse resultado não suficiente para aprovação, temos, ao longo do ano, desistência de alunos. Isso acontece, muitas vezes, pois eles não se sentem capazes de conseguirem ser classificados no mesmo exame, no ano seguinte. Com a execução das avaliações internas, o processo de ensino e aprendizagem poderá trazer mais benefícios, em virtude de uma estrutura curricular flexível, em que temos tempos diferenciados de aprendizagem. No tocante a essa estrutura que seja mais flexível, o PPP disserta que é necessário que os conteúdos das

disciplinas que devem ser trabalhadas em sala de aula, necessitam estar articulados à realidade atual dos alunos, considerando toda uma conjuntura social e histórica deles.

### 3. METODOLOGIA

Pesquisa pode ser definida, consoante Gil (2002, p. 17), como sendo um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” Dessa forma, ao tratar de uma pesquisa científica, estamos diante de um processo reflexivo, visto que as respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa desencadearão em possíveis soluções para os problemas elencados.

Logo, a pesquisa delineada neste estudo consiste na exploratória, uma vez que tem o objetivo de trazer uma familiaridade com o problema, assim como levantar hipóteses, considerando os mais variados instrumentos de pesquisa. (GIL, 2002). Na condução dessa pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, posto que em virtude do ambiente e dos sujeitos de pesquisa, é de fundamental importância que consigamos “considerar os diferentes pontos de vista dos participantes”. (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 14).

Deste modo, esse tipo de abordagem pode trazer respostas aos questionamentos feitos aos sujeitos da pesquisa permeados de sentidos, ainda mais quando nos referimos ao contexto em que se dará a pesquisa.

No que concerne à metodologia, podemos compreender que ela se deu por algumas fases, a saber: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e instrumentos de pesquisa. Na última fase, foram utilizados os instrumentos de pesquisa. A escolha havia se dado para o uso somente de entrevistas, posto que nelas, de acordo com Lüdke e André (2013, p. 39), “a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.” Dessa forma, o uso de entrevistas pode fornecer um caráter de interação entre o pesquisado e o pesquisador, dando confiança principalmente no contexto o qual a pesquisa será desenvolvida.

Os participantes da pesquisa escolhidos foram 5 professores que lecionam na escola EEFM Aloísio Leo

Arlindo Lorscheider, nos anos iniciais (2º ao 5º ano), e 2 coordenadores pedagógicos. Como a escola atende a 12 estabelecimentos prisionais e pelo fato de as unidades não terem números iguais no quantitativo de inscritos e de participantes no ENCCEJA PPL, optou-se, para compor a pesquisa, pela escolha das 2 unidades que tivessem os números mais aproximados para que pudéssemos ter um resultado que permitisse análises comparativas.

Com o intuito de preservar as identidades dos docentes e dos coordenadores pedagógicos, foram criados nomes que remetessem à liberdade, uma vez que por mais que os alunos tenham perdido essa sensação ao adentrar no universo das prisões, os profissionais da educação podem trazer um pouco dessa liberdade para dentro do cárcere, um ambiente cercado por grades, mas mediado pela educação. Dessa forma, foram utilizados nomes de pássaros para os participantes da pesquisa para fazer a associação entre a liberdade que os apenados podem conseguir no futuro através dos estudos dentro das penitenciárias.

Dessa forma, diante da conjuntura deste trabalho, apresentou-se um roteiro de entrevista semiestruturada para o grupo de professores e para os coordenadores pedagógicos, com perguntas correspondentes aos eixos teórico-analíticos da pesquisa, de forma distinta.

Com o propósito de trazer uma resposta para o objeto de estudo desta pesquisa, planejava-se fazer uma pesquisa de campo *in loco* com o fito de coletar os dados nas unidades prisionais já mencionadas. Em virtude do momento em que estava sendo vivenciado, marcado pela pandemia da COVID-19 provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), as aulas estavam suspensas desde a segunda quinzena do mês de março de 2020 e retornaram em novembro de 2020 com a anuência da SAP e da SEDUC, tendo suas atividades paralisadas novamente em fevereiro de 2021. Devido a isso, no caso tanto dos professores quanto dos coordenadores pedagógicos, as entrevistas ocorreram de forma remota, por meio do *Google Meet* sem nenhum empecilho.



#### 4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise e a interpretação dos dados consistem em uma etapa bastante necessária, uma vez que se constituem como núcleo central da pesquisa. São duas atividades que são distintas, porém estão estreitamente relacionadas (MARCONI; LAKATOS, 2003). Além disso, podem ajudar a fornecer as respostas aos objetivos propostos da pesquisa.

Em face do exposto, esta seção dedica-se a apresentar, por meio das entrevistas realizadas com os professores e os coordenadores pedagógicos da EEFM Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, os resultados obtidos por meio dos três eixos teórico-analíticos: avaliação, currículo e práticas pedagógicas.

Com base nos resultados acerca do eixo da avaliação, percebe-se que tanto professores quanto coordenadores pedagógicos compreendem a necessidade de se ter um processo avaliativo interno próprio da escola, padronizado e construído de forma conjunta com base nas características específicas dos alunos, fazendo com que eles pudessem ter mais um método de avanço de escolaridade que não seja exclusivamente pelo ENCCEJA PPL como vem sendo feito. A questão da avaliação externa, nos estabelecimentos penais, como meio para se obter a aprovação dos alunos, foi vista pela maioria dos participantes, tanto pelos professores quanto pelos coordenadores pedagógicos como limitação, ou seja, é como se somente através desse exame o aluno pudesse alcançar a progressão. A Professora Beija-flor vai mais além ao indagar sobre a função da escola dentro do sistema prisional: "Então, qual a função mesmo da escola em si? Parece que a gente está pra ensinar, mas não consolida nosso trabalho" (PROFESSORA BEIJA-FLOR, 2021).

Diante do excerto da professora, compreende-se que o fato do aluno somente progredir por meio de uma avaliação externa diminui as possibilidades que ele tem de avanço de escolaridade. Assim, há uma preocupação por parte dos docentes devido ao fato de que se o aluno não alcança a aprovação nos exames, ele não avança de nível, ficando na mesma série por vários anos.

Para os dois coordenadores pedagógicos, essa visão da aprovação acontecer mediante bom desempenho nas avaliações externas, é vista como um fator positivo,

mas não suficiente como único meio em que o aluno vai ascender. De acordo com a fala da Gestora Calopsita, existem muitos alunos que estão há muito tempo sem estudar e nem sempre os professores conseguem transmitir, durante o ano letivo, todos os conteúdos que estavam programados no planejamento. Assim, ela deixa claro que "eu acho que é pouco sabe? Eu acho que só o ENCCEJA é pouco. Eu acho que ele pode ser uma ferramenta a mais, uma das opções, mas só ela eu acho que é negativo" (GESTORA CALOPSITA, 2021).

Diante da fala da gestora, compreende-se que o fato de se ter apenas um exame, do tipo externo, que vá dizer se o aluno está apto ou não para avançar para a série seguinte, pode se manifestar como uma perspectiva negativa, uma vez que há alunos que vão conseguir e outros que não vão conseguir, estando diante de uma prática seletiva (LUCKESI, 2006).

Dessa forma, compreende-se que criar um processo avaliativo que contemple a todos de um modo geral, requer analisar, também, todas as especificidades dos educandos que serão a base para a confecção de um currículo que seja mais dialógico e que contemple a realidade dos indivíduos envolvido.

Em relação ao eixo do currículo, os professores coadunam para a ideia de que trabalhar com um currículo específico para o público privado de liberdade pode ser mais eficaz no processo de aprendizagem, através de metodologias que sejam adequadas para eles, visualizando o contexto em que estão inseridos.

Para a Professora Beija-flor, por exemplo, ela se aprofunda ainda mais, quando afirma que

Eu digo não só para a educação em prisões, mas das escolas de EJA de uma maneira geral, pois a gente vê que a Base Nacional Comum ainda não nos contempla. Assim, deve sim existir um currículo próprio porque as realidades são diferentes. Cada instituição, cada unidade é diferente. E assim, a gente precisa ter uma característica própria entendeu? Ele vai se alinhar junto com seu projeto político pedagógico. (PROFESSORA BEIJA-FLOR em entrevista realizada no dia 31/03/2021).

Temos na fala da professora que currículos sejam criados de acordo com as particularidades de cada escola, em se tratando de EJA. Além disso, ela toca na questão da BNCC, uma vez que não contempla em seu texto aspectos curriculares voltados para a EJA.

Ademais, que a escola tenha autonomia em poder construir esse currículo mais específico voltado para os interesses de cada instituição de ensino. Podemos ratificar através da Professora Bem-te-vi, quando ela diz que "eu acredito que seja importante ter um currículo. A escola ter essa autonomia de fazer isso entendeu? De criar o seu currículo para não ficar presa..." (PROFESSORA BEM-TE-VI, 2021). Interessante quando ela toca no assunto da autonomia da escola em fazer o próprio currículo para não ficar presa a outros currículos já prontos.

Por sua vez os coordenadores, ressaltam acerca do fato de que encontram alguns obstáculos na execução do currículo, visto que há uma carência em formação tanto inicial quanto continuada dos professores. Para uma melhor explanação, o depoimento do Gestor Papagaio evidencia isso quando diz que

São várias dificuldades... A primeira acho que a formação, a questão da formação inicial e continuada dos professores porque não existe uma formação específica para atuação na área de educação em prisões onde tudo tem que ser construído e às vezes tanto os professores como os coordenadores tem uma visão, um olhar que ainda não é voltado especificamente para essas realidades. (GESTOR PAPAGAIO, em entrevista realizada no dia 25/03/2021)

Essa fala pode nos mostrar o quão é difícil trabalhar em uma realidade em que os professores não possuem formação específica para atuar conforme gostariam. Percebe-se, ainda, que devido à essa ausência, os coordenadores e os professores acabam por trabalhar como acham que deve ser, mas que nem sempre é o mais correto para aquela situação.

Por fim, no eixo das práticas pedagógicas, compreende-se a necessidade de alguns aspectos que, se forem bem aplicados, como as observações de sala de aula, a prática pedagógica será mais eficaz. Isso pode ser evidenciado por meio da fala do Gestor Papagaio ao afirmar que "As observações de aula têm o intuito de ajudar o professor, de fazer essa análise de como a aula é encaminhada, de como acontece e fazer alguns ajustes. Depois do *feedback*, construir um caminho para melhorar aquela aprendizagem" (GESTORA PAPAGAIO, 2021).

Vale destacar pelo excerto do Gestor a fala do *feedback* que é dado posteriormente ao professor acerca da observação de aula. Mais do que isso, é necessário que esse retorno seja dado de uma maneira pedagógica

para que o professor não se sinta pressionado e nem culpado por algum momento que não tenha sido bem efetivo no direcionamento da aula observada.

Além disso, percebe-se o quão é importante que os professores motivem seus alunos para os estudos, por meio da autoestima, como falado por eles, pois a vivência na detenção não é nada fácil. Estudar, então, dentro desse espaço, torna-se mais complicado ainda. Dito isso, a Professora Beija-flor declara que

Primeiro, eu sempre falo que eles são temporários, que eles precisam ver que eles vão sair e vão ter algo melhor e que eles precisam estudar. Eu vou motivando tentando dinamizar de acordo com que é necessário para mim e o que eu posso dinamizar a aula como: levar música, levar jogos. Então, eu procuro trabalhar com a ludicidade mesmo diante de um local que nos limitam isso. (PROFESSORA BEIJA-FLOR, em entrevista realizada no 31/03/2021).

O depoimento anterior apresentado pela Professora nos mostra a importância de apresentar para os detentos que o momento atual em que eles estão vivendo é temporário e que fora dali eles irão precisar dos estudos. Outrossim, não é porque os alunos estão privados de liberdade que não se pode trabalhar com a ludicidade. Pelo contrário, a Professora aponta isso, afirmando que mesmo estando em um ambiente que há essa limitação, ela procura trabalhar com essas ferramentas, pois podem ajudar nesse processo do incentivo para o estudo.

Por último, entende-se que a questão das formações continuadas também são peças-chave nessa melhoria do exercício da docência, fazendo com que as secretarias possam ter um olhar mais específico para esse tipo de escola. Isso fica claro na fala da Professora Bem-te-vi, quando ela diz que "incentivo eles sempre a estudar e nunca desistirem, mas nem sempre sei como fazer, pois nem sempre temos formação oferecida pela Seduc ou pela Crede que sejam voltadas para a nossa realidade" (PROFESSORA BEM-TE-VI, 2021).

Dessa forma, temos que pontuar essa questão da ausência de formações continuadas que sejam voltadas, especificamente, para os docentes que trabalham nos ambientes de privação de liberdade. Elas até existem, mas nem sempre coadunam com a proposta da escola. Segundo Duarte e Pereira (2017), isso acontece devido ao fato de que essas formações são pensadas por pessoas que não vivem a realidade da educação do cárcere, ou seja, totalmente descontextualizadas. Desse



modo, recuperando a fala da Professora, torna-se uma tarefa árdua motivar os alunos a estudarem se não há, também, por parte dos órgãos superiores, uma preocupação na formação continuada do professor do cárcere.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esfera educacional, mais especificamente na modalidade EJA e no contexto de educação para as pessoas privadas de liberdade, a pesquisa voltada para a avaliação institucional interna ainda é um grande desafio a ser enfrentado. Esse fato pode ser compreendido devido a questões que estão ligadas, na maioria das vezes, por instâncias governamentais superiores e que se faz necessário um envolvimento maior com aqueles que fazem a educação em prisões. O fato de garantir que as avaliações internas sejam aplicadas em um ambiente educacional diferente do convencional faz com que o público das escolas intramuros tenha mais chances de desenvolver uma aprendizagem com mais qualidade.

Dessa forma, respondendo à problemática, percebe-se que a implementação de um processo de avaliação interna faz-se necessário, uma vez que a progressão dos alunos ser realizada unicamente pelo ENCCEJA PPL tem trazido inúmeros efeitos negativos. Compreende-se, ainda, que há muitos hiatos no tocante à avaliação, ainda mais quando se trata de um ambiente escolar diferenciado, taxado por estereótipos, como é o ambiente prisional. Assim, traz a reflexão de que não é simplesmente adotar um sistema de avaliação e aplicar aos alunos. Muito mais do que isso, faz-se necessário que se trabalhe em conjunto com os demais componentes para que a avaliação seja eficaz, revelando uma aprendizagem de qualidade.

Além disso, com base nos resultados da pesquisa, acerca do eixo da avaliação revelou-se a necessidade de se ter um processo avaliativo interno próprio da escola, padronizado e construído de forma conjunta com base nas características específicas dos alunos, sem excluir o ENCCEJA PPL, mas sim, como outro instrumento de suporte, com o foco no avanço de escolaridade. Em relação ao eixo do currículo, ratificou a urgência em trabalhar com um currículo específico para o público privado de liberdade, pois pode ser mais eficaz no processo de aprendizagem, visto que as metodologias a serem trabalhadas estariam mais

relacionadas com a vivência dos discentes, bem como a escola ter mais autonomia na construção do próprio currículo. Por fim, no eixo das práticas pedagógicas, apontou para a importância das observações de sala de aula, com o intuito de que a prática pedagógica seja mais eficaz. Outro ponto mencionado, faz alusão à questão das formações continuadas como essenciais para o exercício da docência, fazendo com que as secretarias verifiquem as formações que estão sendo ofertadas, bem como se o público está sendo atingido, principalmente, os privados de liberdade.

## REFERÊNCIAS

---

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 16 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 08 mar. 2020.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A consolidação da política de avaliação da educação básica no Brasil. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/51/30>. Acesso em 13 de mar. 2020.

DUARTE, Ana Maria Tavares; PEREIRA, Cleyton Feitosa. A educação de pessoas privadas de liberdade numa perspectiva inclusiva e ressocializadora: limites e contradições. **Revista interterritórios**, Caruaru, v. 3, n. 5, p. 88-105, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/234436/27609>. Acesso em: 16 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A escola da prisão como espaço de dupla inclusão: no contexto e para além das grades. **Polyphonia**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 109-120, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/21212>. Acesso em: 06 jun. 2020.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola de Ensino Fundamental e Médio Aloisio Leo Arlindo Lorscheider, Itaitinga, 2015.

TAVARES, Derek de Sousa. **Escola em Prisões no Ceará: os desafios na implementação de avaliações internas para avanço de escolaridade**. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: [http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2021/11/Derek-Tavares\\_08.11.21\\_vers%C3%A3o-revisada-p%C3%B3s-defesa.pdf](http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2021/11/Derek-Tavares_08.11.21_vers%C3%A3o-revisada-p%C3%B3s-defesa.pdf). Acesso em: 16 jun. 2022.

WERNKE, Márcia Schlemper; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Educação por trás das grades: educar para a liberdade em condições de não liberdade**. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rep/article/view/2073>. Acesso em: 06 jun. 2020.